

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – SETOR LITORAL
TEREZINHA LUCÉLIA KOSSEMBA DA SILVA

**QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: ES-
TRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO FAMILIAR**

MATINHOS
2011

TEREZINHA LUCÉLIA KOSSEMBA DA SILVA

QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO FAMILIAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização: Questão Social
na Perspectiva Interdisciplinar da Universidade
Federal do Paraná – Setor Litoral.

Orientadora: Profa Dra Cinthia Sena Abrahão

MATINHOS
2011

QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM DEBATE: ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS NA PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO FAMILIAR

Terezinha Lucélia Kossemba da Silva¹

Resumo: Este artigo apresenta uma discussão sobre a questão social e a Política de Assistência Social. No primeiro momento traz a emergência e reprodução da questão social de acordo com o desenvolvimento do capitalismo em seus diferentes estágios. Em seguida, nossa análise se volta para a Política de Assistência Social e os processos pelos quais ela passou até a construção e a implementação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no Brasil; sistema esse que regula e organiza as ações socioassistenciais e tem como foco prioritário a atenção às famílias. No terceiro momento com a intenção de aproximação de uma realidade concreta, busca identificar a rede de programas, projetos e serviços direcionados às famílias no município de Pontal do Paraná-Pr, após um breve histórico de sua criação e da formação de sua população.

Palavras-chaves: Questão Social, Política de Assistência Social, Família, Serviços Socioassistenciais.

1. Introdução

A Assistência Social no Brasil se constitui atualmente em um campo de transformação. Transita de um período em que a compreensão da Assistência era a da benemerência, da filantropia e do assistencialismo com conotação de clientelismo político, para a condição de um direito social inscrito no âmbito da Seguridade Social.

As estratégias e ações dirigidas à família são questões instigantes, uma vez que refletem diretamente nas condições e modos de vida em sociedade. A família desempenha um papel central na vida de qualquer pessoa e a própria Constituição de 1988 reconhece isso em vários momentos e assim, situa a família como eixo prioritário da proteção social do Estado.

¹ Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO, Guarapuava/Pr. Assistente Social do Hospital Regional do Litoral em Paranaguá/PR.

Diante desse contexto, a reflexão e a discussão acerca das estratégias e práticas que vêm sendo adotadas no âmbito dos serviços para promover o protagonismo e o fortalecimento das famílias se faz pertinente.

Este artigo busca retratar a Política de Assistência Social do município de Pontal do Paraná, considerando a proposta do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, no sentido de promover o protagonismo e o fortalecimento das famílias. Também tem a intenção de refletir sobre a questão social e suas expressões e para isso percorreremos distintos momentos históricos numa perspectiva de apreensão dessa realidade permeada por múltiplas determinações.

Sociedade Capitalista – Emergência e Reprodução da Questão Social

No século XVIII, inicia-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa, geração de lucro e acúmulo de capital, com a substituição da manufatura pelas máquinas a vapor, iniciada nas indústrias têxteis da Inglaterra. A mecanização imprimiu um novo ritmo à produção de mercadorias, e o trabalhador que antes produzia sua mercadoria individualmente de modo artesanal agora ia para as linhas de produção onde se juntava a outros operários que se tornavam assalariados. As transformações sociais e econômicas associadas a esse período foram tão intensas que representaram uma verdadeira revolução, conhecida como Revolução Industrial. Na Europa Ocidental, a burguesia assume o controle econômico e político, e a força do capital se impõe.

Com o desenvolvimento do capitalismo, “aumentava a pobreza na medida em que se produzia a riqueza” (NETTO, 2001, p.153), ou seja, a capacidade de produção aumentava ao mesmo tempo em que aumentava o número de pessoas sem condições de adquirirem os bens necessários a sua sobrevivência, estabelecendo “definitivamente” um relacionamento de interesses opostos assentado na exploração de uma classe pela outra.

Com a expansão industrial na Europa Ocidental, o trabalhador pauperizado, não aceita pacificamente sua condição, e por meio da socialização do trabalho passa a organizar-se para lutar contra a classe que o explora; contestando as suas péssimas condições de trabalho e reivindicando melhorias e direitos, ameaçando dessa forma a ordem vigente. A questão social emerge com as relações

sociais de produção estabelecidos pelo capital, expandindo e aprofundando as relações de desigualdade entre as classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, de etnia e formações sociais específicas.

“A expressão ‘questão social’ surge no século XIX como designação do pauperismo” (NETTO, 2001, p. 153) que se levanta contra a ordem burguesa, e como sujeito sócio-político coletivo expõe a contradição que marca a relação capital/trabalho. Desse modo, a questão social insere-se no contexto do empobrecimento da classe trabalhadora com a consolidação e expansão do capitalismo, no qual se afirmou uma nova divisão social, a divisão em duas classes: a proprietária dos meios de produção e a trabalhadora que produz a riqueza. Tem-se início a fase em que prevalece o direito da propriedade, estabelecendo entre essas duas classes uma luta política, permeada por profundas modificações ao longo dos tempos.

De acordo com o desenvolvimento do capitalismo em seus diferentes estágios, as manifestações da questão social consequentemente se modificaram e ao mesmo tempo as formas como essa questão foi tratada também se alteraram e se adaptaram às mudanças instituídas. Essas manifestações dependem do desenvolvimento das forças produtivas, da composição e dinâmica das classes sociais e da complexificação das relações Estado e sociedade, ou seja, são as mudanças nas estratégias de acumulação e reprodução da ordem capitalista, mediadas pela ação das classes e do Estado que imprimem configurações que ora reproduzem ora atualizam as manifestações da questão social.

A Questão Social na Atualidade

Atualmente, as manifestações da questão social assumem novas características, tendo como um dos aspectos centrais o aumento do desemprego e a precarização do trabalho, traduzindo-se pela vulnerabilidade das relações sociais e pelo questionamento da intervenção estatal. “Em meados de 1970 a economia mundial apresenta sinais de estagnação, com altos índices de inflacionários e com mudança na distribuição do poder no cenário mundial” (IAMAMOTO, 2003, p.31). A partir daí altera-se a organização da produção que passa a ser flexível, tanto no processo e mercado de trabalho como nos produtos e padrões de con-

sumo, isto é, não se produz somente em massa e em série; observa-se as particularidades das demandas consumidoras e ocorre uma desregulamentação dos direitos do trabalho. Nesse contexto surge o fenômeno da terceirização, mediante o qual as empresas procuram concentrar seus esforços em sua atividade principal e repassar para terceiros as tarefas secundárias com o objetivo de contenção de custos, aumento de produtividade, redução nos preços finais entre outros. Dessa forma as relações de trabalho tornam-se cada vez mais precárias, estabelecendo contratos temporários, rebaixando salários e reduzindo ou eliminando direitos sociais.

O acelerado desenvolvimento científico e tecnológico estimulado pela concorrência revoluciona a produção de bens e serviços, provocando a redução de postos de trabalho, fazendo com que parte da população fique fora do mercado de trabalho, pois não são mais necessários para o processo de acumulação capitalista, são os “sobrantes”, que de acordo com Arcoverde é “uma nova categoria constituída pelos que não tem vez, nem lugar na sociedade. São os chamados inúteis, a produção mais degradada que a conjuntura econômica já fabricou”(ARCOVERDE, 2003, p.112).

A essas transformações no mundo do trabalho somam-se as mudanças nas relações Estado/sociedade civil conforme parâmetros estabelecidos por organismos internacionais, segundo a política neoliberal que recomenda uma reforma do Estado, isto é, corte nos gastos sociais em função da crise fiscal do Estado. O projeto neoliberal aposta no mercado como motor da sociedade, como elemento norteador e capaz de solucionar os problemas sociais, obtendo uma hegemonia ideológica mundial. Entretanto, ao invés de alavancar o crescimento produtivo, favorece os investimentos especulativos da economia. Nesse cenário reforça-se o individualismo, o qual responsabiliza cada indivíduo pela sua condição, sem reconhecer as diferenças instituídas. Segundo Iamamoto:

Tais processos introduzem novas mediações históricas na gênese e expressões da questão social, assim como nas formas, até então vigentes, de seu enfrentamento, seja por parte da sociedade civil organizada ou do Estado, por meio das políticas sociais públicas e empresariais, dos movimentos sociais e sindicais e demais iniciativas da sociedade civil. Implicam radicais mudanças na divisão social e técnica do trabalho, afetando além das políticas sociais, as políticas de emprego e salário e o mercado de trabalho (IAMAMOTO, 2003, pp. 112-113).

Todas as expressões da sociedade atual (desregulamentação, flexibilização, terceirização, etc.) em que prevalece o capital sobre a força de trabalho, que só é considerada para a reprodução do capital, pode precarizar o trabalho vivo, mas não eliminá-lo. O número de ex-sujeitos de direitos é significativo, e por não serem considerados socialmente úteis estão fora do mundo do trabalho, o que os torna dependentes do sistema, que tenta amenizar essa situação com “medidas de proteção”. As políticas econômicas e sociais, estruturadas de acordo com a ideologia neoliberal que rejeita a responsabilidade do Estado perante a questão social e considera o desemprego como resultado natural da economia; perdem o caráter de garantias sociais básicas e passam a funcionar à margem do direito e da segurança social.

A Questão Social no Brasil e as Políticas Sociais

Até 1930 a questão social era vista e tratada como algo excepcional e episódico, apesar de nas primeiras décadas ter ocorrido uma acelerada modernização nas relações sociais que veio acompanhada de movimentos de luta operária, de reivindicação de direitos básicos no âmbito do mundo do trabalho. Esse impulso no desenvolvimento da consciência sociopolítica dos trabalhadores se deu também sob a influência das idéias anarquistas dos imigrantes europeus.

No período de 1930 a 1945 (ditadura de Vargas) a questão social passou a ser reconhecida como questão de política e se legitima via trabalho, sendo remetida à responsabilidade da esfera pública. Nessa época houve um processo de ideologização da população como estratégia fundamental para o enfrentamento da questão social que se intensificou no país. Criou-se um sistema de gestão e regulação de conflitos sociais, firmado sob a idéia de colaboração entre as classes, que são medidas para adequar a força de trabalho às necessidades da indústria em expansão. A assistência social começou a fazer parte da ação do governo para a prestação de serviços, como mecanismo político para conter as tensões sociais. O Estado passa a se responsabilizar pelas condições de reprodução de força de trabalho, buscando substituir a concessão, a lógica da cidadania regulada do período anterior não sofre alterações, mas o movimento social avança no campo e na cidade. Cidadania regulada segundo Santos:

...possui as raízes em um sistema de estratificação ocupacional (...) definido por norma legal. São cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei. A extensão da cidadania se faz via regulamentação de novas profissões/ocupações, em primeiro lugar, e mediante ampliação dos direitos associados a estas profissões, antes que por expansão dos valores inerentes ao conceito de membro da comunidade. A cidadania está embutida na profissão e os direitos do cidadão restringem-se aos direitos do lugar que ocupa no processo produtivo, tal como reconhecido por lei (SANTOS, 1994, p. 68).

Na década de 50, um processo de modernização acelerado foi iniciado por Juscelino Kubitschek. No final dessa década a economia estava crescendo e junto com ela a inflação, porém os salários reais dos trabalhadores estavam caindo e a população empobrecida pressionava politicamente. A partir de 1962 a taxa de crescimento da economia começou a baixar, atingindo entre 1963 e 1965 seus pontos mais críticos. Nesse período, as políticas sociais passaram a ser definidas por organismos supranacionais, e as atividades desenvolvidas destinavam-se a integrar os indivíduos e grupos no mercado de trabalho rompendo com o ciclo de dependência, com a mesma promessa de ascensão socioeconômica. Obviamente que todas essas políticas sociais e seus respectivos desdobramentos, atendia a propósitos do modo de produção capitalista.

Em 1964 instaurou-se a ditadura precedida pelo golpe militar. Começa um novo ciclo de acumulação do capital, no qual ocorreu a internacionalização da economia brasileira como opção para sair da crise. Esse novo modelo supunha a concentração de renda e a abertura para o exterior como mecanismos básicos, trazendo consigo o arrocho salarial e o endividamento externo. É um período de significativo crescimento econômico, concentração de riqueza e empobrecimento do operariado. A política social faz parte das estratégias do governo, que por um lado estimulava a produção e concentração de riquezas e por outro, legitimava esse modelo de desenvolvimento como o melhor para o país, sem admitir outro modo de pensar e organizar a sociedade, que não o modo capitalista, e para valer a sua dominação, qualquer manifestação contrária, era enfrentada com violenta repressão.

Nas políticas sociais do período 64-85 prevaleceu a estratégia conservadora caracterizada pela privação de liberdade e direitos – ditadura militar; e no perío-

odo 85-88 prevaleceu a estratégia reformista que era uma crítica à centralização institucional e financeira do sistema.

Os trabalhadores assumem uma nova posição frente às medidas econômicas, em 1978, reivindicando um novo direcionamento das propostas sociais. Esse novo posicionamento não significou o rompimento do Estado com seu padrão de dominação, pois embora respondendo as pressões populares, os benefícios são concedidos como privilégios e não como direitos. Em 1980 o Brasil se sujeita ao controle do Fundo Monetário Internacional (FMI), devido a sua dívida externa, tendo como resultado altíssimos custos sociais como: má qualidade de vida, aumento da criminalidade, perda da capacidade de decisão nacional, entre outros. O empobrecimento e a exploração da força de trabalho fazem com que a sociedade civil rearticule-se politicamente, o que culminou em greves de trabalhadores, movimentos sociais impelindo o Estado a outro modo de enfrentamento da questão social. Nesse cenário a classe trabalhadora é excluída das decisões que lhe dizem respeito e o poder de intervenção do Estado aumenta, passando a tratar a questão social via repressão-assistência.

A década de 80 é marcada por profunda recessão econômica e a luta dos trabalhadores foi fundamental para a queda das políticas de arrocho salarial.

No âmbito político, aprofundou-se a crise de hegemonia e ampliou-se a abertura democrática na esteira do revigoramento da sociedade civil e das pressões populares. Ganha forças o movimento pelas eleições diretas. Acirra-se o debate interpartidário. Os partidos de esquerda passam a atuar ampla e livremente. Nasce o Partido dos Trabalhadores (PT). O movimento sindical retoma a discussão sobre a unidade ou unicidade de sua organização. Nascem as centrais sindicais. No âmbito social os quebra-quebras, as ocupações de terrenos públicos ou privados nas cidades por força de carência habitacional, as lutas sindicais por reposição de perdas salariais e os sucessivos decretos relativos à indexação e aos reajustes evidenciaram o agravamento da questão social pelo confisco salarial, praticado no período. Instaura-se um amplo processo de discussão em torno das grandes questões nacionais que iriam convergir, posteriormente, para o Congresso Nacional na promulgação da nova Constituição Federal (SILVA, 1999, p.65).

Antes da Constituição de 1988, aos que estavam fora do mercado de trabalho, eram destinados somente auxílios que tinham característica de caridade. Com a nova Constituição Federal ampliaram-se os direitos sociais, como o direito a educação e a seguridade social pública, universal, direito de todos e dever do Estado, integrada pela saúde, assistência social e previdência. Ao mesmo tempo aprofunda-se a crise econômica. A inflação cresce, e a crítica neoliberal ao Esta-

do de Bem Estar e em defesa do Estado Mínimo avança em nível internacional, de acordo com as imposições do Banco Mundial e FMI, contidas nas orientações do “Consenso de Washington” cuja estratégia tinha três fases, segundo Fiori:

A primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de ‘reformas estruturais’; liberação financeira e comercial, desregulamentação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa definida como a retomada dos investimentos e do crescimento econômico (FIORI, 1997, p.12).

Na década de 90 o país adota medidas para ajuste estrutural da economia brasileira em conformidade com as metas do Consenso de Washington. Os efeitos das políticas neoliberais, expressadas nesse programa de ajuste têm um alto custo social, não somente pela ausência de um sistema de proteção social consolidado, mas também pela nossa cultura política que se funda no privilégio daqueles que dominam, predominando o autoritarismo; e vê a pobreza como um estigma de inferioridade. Desse modo, o resultado dessa política de ajuste neoliberal no Brasil tem sido o aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda, o que fortalece a hegemonia do capital financeiro. Entretanto as estratégias neoliberais não são suficientes para conter a crise do sistema capitalista e de impedir que a classe subalterna resista através de lutas e embates em defesa de direitos que estão ameaçados. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra é o maior exemplo dessa resistência no Brasil.

As políticas sociais têm se mostrado ineficazes em relação à promoção de melhoria nas condições de vida das pessoas, pois são políticas compensatórias, focalizadas e incapazes de assegurar direitos.

A Política de Assistência Social como política pública de direito e seu real significado será o próximo assunto a ser abordado. Considerando que essa política e sua operacionalização se constituem atualmente em um campo de transformação, nossa abordagem terá como ponto de partida a promulgação da Constituição de 1988.

A Política de Assistência Social e Família

A política social está no centro da luta de interesses de segmentos e classes, cujo objetivo é a re-apropriação de recursos extraídos dos diferentes segmentos sociais, apresentando-se um complexo dilema político-econômico tendo de um lado as necessidades básicas da existência do indivíduo e a busca da equidade, e de outro os objetivos de acumulação e expansão no sistema de produção capitalista. Sua efetivação depende de decisões políticas, e como política é conflito, oposição de interesses, negociação entre forças envolvidas, condicionado por mediações que podem reduzir antagonismos, é também poder; e assim pode transformar o jogo desequilibrado, no qual os mais fortes, aqueles portadores de instrumentos eficazes de pressão, serão mais beneficiados que aqueles que dependem da ação do Estado para sua sobrevivência.

Para se entender a política social no Brasil, qual a sua prioridade e a amplitude de seu alcance, é necessário a compreensão dos processos nos quais ela se insere nas diferentes conjunturas.

Um marco fundamental nesse processo é a promulgação da Constituição de 1988, porém é importante destacar momentos anteriores que foram também marcantes. Entre os anos 30 aos 60 foi implantado o sistema de seguro social para setores da classe trabalhadora, e no período de 64 a 88 – anos de ditadura, foi quando se implantou o complexo militar-industrial-assistencial². Para Evaldo Vieira (1997, p.68), a política social no Brasil passou por três períodos: o primeiro, (1930 a 1960) que ele denomina “controle de política”; o segundo (1964 a 1988) de “política de controle”; o terceiro é o pós constituinte de 1988, o qual denomina de “política social sem direitos sociais”, pelo motivo de que as conquistas sociais no campo da legalidade ainda não foram efetivados, e alguns já foram excluídos do texto constitucional ou estão constantemente ameaçados.

Com a constituição de 1988, a Assistência Social passou a compor o tripé da seguridade social brasileira, juntamente com a saúde e a previdência social (art. 194); sendo regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS³

² Modelo repressivo, centralizado, autoritário e desigual que procurou obter o apoio da população com certas medidas sociais. Nesse período o país se desenvolveu economicamente com expansão de produtividade, modernização e entrada do capital estrangeiro.

³ A LOAS estabelece que a Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas – objetivando, dentre outras coisas, a proteção da família (BRASIL, 1993)

(Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993), representando um grande avanço no campo dos direitos sociais, abrindo-se a possibilidade para que se efetive como direito do cidadão e dever do Estado, deixando de ser uma prática assistencialista para se afirmar como política social. Entretanto é histórica a contradição existente entre a formulação das leis e sua efetivação e/ou operacionalização, como bem coloca Schons ao citar Bobbio: “É ilusório pensar que os direitos sociais sejam absolutos e universais. Eles têm a marca da história. Mesmo proclamados solenemente ou inscritos nas constituições, eles deixam de sê-lo em outros momentos” (BOBBIO APUD SCHONS, 1994, p.40).

O artigo 1º da LOAS, diz que: “Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento as necessidades básicas.” Assim sendo, a responsabilidade pela ação assistencial cabe tanto ao Estado quanto a sociedade civil, mas prevalece a obrigação estatal, devido a sua função de condutor das políticas públicas.

A posição da Assistência Social, historicamente tem sido marginal na ação do Estado, suas práticas têm sido tangenciais às demais políticas sociais, compensando ou complementando de modo casual a prestação de serviços sociais. Sendo o usuário dessa política aquele que dela necessitar, então é aquele indivíduo que já está à margem das outras políticas, sem condições de sobrevivência por meio de sua força de trabalho.

Considera-se um avanço o fato de se vetar na LOAS a necessidade de qualquer comprovação de natureza vexatória como os terríveis “atestados de pobreza”.

Avanço ou novas roupagens, pois o constrangimento de apresentar a pobreza, e o sofrimento para conseguir o mínimo para manter-se vivo é prática comum em nossos dias mediante o preenchimento de cadastros. São esses os usuários da assistência social, aqueles que “cuidam da mínima persistência física, material” e conseqüentemente, “as pessoas muito pobres que consomem a maior parte de suas energias apenas para sobreviver por um triz, não podem atuar como cidadãos íntegros. A necessidade tolhe a liberdade.”(ABRANCHES, 1987, p. 16)

A Política da Assistência Social é regida pelo princípio da universalização dos direitos sociais e norteadada pela descentralização e pela participação da população na formulação das políticas e controle das ações.

O princípio da universalização para Ferreira,

...indica primeiramente que assistência social deve ser entendida e implementada buscando a redução das desigualdades sociais, o que não significa que os direitos assistenciais sejam estendidos a todos os cidadãos, e sim a todos aqueles que estão dentro dos critérios e condições estabelecidos pela LOAS. Outro significado é o de articular a assistência as demais políticas sociais e econômicas tendo como perspectiva a construção de um sistema de proteção social, contínuo, sistemático, planejado, com recursos garantidos no orçamento público das três esferas governamentais, com ações complementares entre si, evitando assim o paralelismo, a fragmentação e a dispersão de recursos. (FERREIRA, 2000, p. 142-143)

A descentralização é o princípio de reordenamento institucional na área da assistência social. “As ações das três esferas de governo devem ser realizadas de forma articulada cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e execução dos programas às esferas estaduais (LOAS. Artigo 11). Ao governo federal cabe o papel de articulador, é “ele” que elabora as normas gerais da política da assistência social, garante o financiamento e execução do benefício de prestação continuada (BPC)⁴, apóia financeiramente os programas, projetos e serviços de enfrentamento a pobreza em âmbito nacional e ainda complementa as ações dos Estados e municípios (LOAS. Artigo 12). Estados devem participar no financiamento dos auxílios natalidade e funeral, apoiar técnica e financeiramente os serviços, programas e projetos de enfrentamento de pobreza e atender às ações assistenciais de caráter emergencial (LOAS. Artigo 13). Aos municípios e Distrito Federal compete garantir o custeio e implementação dos benefícios eventuais (auxílio natalidade e morte), implementar projetos de enfrentamento à pobreza, atender às ações assistenciais de caráter emergencial e prestar os serviços assistenciais previsto na lei (LOAS. Artigos 14 e 15).

No Brasil, a descentralização não é tomada como estratégia de transferência de poder decisório, o município continua sendo a esfera mais destituída de poder e de recursos, pois ela foi efetivada fundamentada na lógica neoliberal, transferindo responsabilidades aos municípios e mantendo a centralização das decisões no executivo federal. Outro fator que merece destaque é o acirramento das relações de favores entre o executivo federal e estadual, prefeitos, deputados e senadores, que fazem negociações, as mais diversas para conseguir recursos para seus estados e municípios.

⁴ O BPC é a garantia de um salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais, cuja renda seja inferior a 1/4 do salário mínimo.

Para viabilizar a participação popular na formulação das políticas e no controle das ações, foram criados os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Assistência Social; todos paritários (igual número de representantes governamentais e não governamentais), o que não pressupõe harmonias, e sim um espaço de discussão, no qual não se deve particularizar determinados interesses. Com a participação dos diferentes segmentos, os conflitos são inerentes e representam as distintas posições político-ideológicas. Os conselhos são também deliberativos e normativos, posto que suas decisões devem ser obrigatoriamente acatadas pela administração pública, e instituem normas que devem ser observadas dentro do âmbito em que atuam. Conforme a história, a população tem dificuldades de participação, que vai desde a dificuldade participativa até a compreensão desse exercício, devido, em parte à prática histórica do indivíduo apenas votar e não participar nas decisões e nem conhecer os seus direitos. Nessa perspectiva verifica-se que nos conselhos se repetem as pessoas, reduzindo-se o universo de participação popular.

A assistência social no Brasil, apesar do avanço legal, não se concretizou efetivamente como direito social, e sim tornou-se um espaço político em constante conflito, e sua consolidação depende em grande parte da ação dos sujeitos envolvidos nesse processo, pois muitos dos avanços nessa área se deu por pressão da sociedade civil e não por iniciativa do governo.

De acordo com Maria Victória Benevides:

Temos uma bela constituição social (...) dita cidadã (...). No entanto, ainda hoje a realidade brasileira explode em violenta contradição com aqueles ideais proclamados. Sabemos todos que vivemos num país marcado por profunda desigualdade social, fruto de persistente política oligárquica e da mais escandalosa concentração de renda. E, hoje ainda sofremos um processo de negação de direitos sociais arduamente conquistados, na medida em que prospera a defesa de um “Estado mínimo”, que abandona o povo à sua sorte e que reduz a cidadania às liberdades civis e políticas, mantendo, em contrapartida, os privilégios dos “de cima” e a brutal carência de direitos dos “de baixo”. (BENEVIDES, 2004, p.1-2)

Em 2004 foi aprovada a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, que em 2005 passou a ser operacionalizada através do Sistema Único de Assistência Social – SUAS⁵.

⁵ O SUAS é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira (BRASIL, 2005).

A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – SUAS (NOB/SUAS)⁶, traz como um dos eixos estruturantes a centralidade na família, fundamentando-se na idéia de que essa é o primeiro espaço de proteção e socialização dos indivíduos e que, para que cumpra com suas funções, necessita de proteção.

A esse respeito Vanzetto coloca:

O atendimento no SUAS é com centralidade na família, pois é nela que encontram-se todos os segmentos, permitindo um atendimento na totalidade. Isto se dá tendo em vista a forte pressão que os processos de exclusão geram sobre as famílias, acentuando suas fragilidades e contradições. A família é um espaço de socialização e proteção primária para seus membros, por isso, é primordial que seja centro prioritário de atenção para as ações de Assistência Social, independente dos formatos que assume, considerando que o sistema imposto na sociedade não dá condições humanas para uma vida cidadã. (VANZETTO, 2005, p.1)

Levando em consideração a diversidade e a complexidade das situações de vulnerabilidades e riscos sociais a Proteção Social de Assistência Social foi estruturada em dois níveis: a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE).

Enquanto a PSB destina-se a pessoas que vivem em situações de vulnerabilidade social decorrentes:

- da pobreza;
- da privação ou ausência de renda;
- do acesso precário ou nulo aos serviços públicos;
- de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social fragilizados;
- de situações de discriminação etária, étnica, de gênero ou por deficiências entre outros;

A PSE tem como objetivo prestar atendimento especializado a famílias e indivíduos que estejam em situações de contingência, necessitando de cuidados especializados em decorrência de deficiência ou processo de envelhecimento, ou em situações de risco pessoal e social ou violação de direitos, por ocorrência de:

⁶ A NOB/SUAS disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no território brasileiro, exercida de modo sistêmico pelos entes federativos, estabelecendo o caráter do SUAS; as funções da política pública de Assistência Social para a extensão da proteção social brasileira; os níveis de gestão do SUAS; as instâncias de articulação, pactuação e deliberação que compõem o processo democrático de gestão do SUAS; o financiamento e as regras de transição (BRASIL, 2005).

- abandono;
- violência física ou psicológica;
- abuso ou exploração sexual;
- cumprimento de medidas socioeducativas;
- situação de rua;
- trabalho infantil;
- outras.

De acordo com a PNAS, a PSB tem como Objetivos:

prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e ou fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). (PNAS, 2004, p. 27).

A PSB ocupa-se de ações de vigilância social, prevenção de situações de risco e os seus serviços devem ser organizados de modo que garantam aos seus usuários o acesso aos direitos sócio-assistenciais e deve ser operada por intermédio de:

- CRAS e do Programa de Atenção Integral às Famílias – PAIF;
- Rede de serviços sócio-educativos e de convivência direcionados para grupos geracionais, intergeracionais, grupos de interesses, entre outros;
- Benefícios de transferência de renda (como o BPC e o PBF);
- Benefícios eventuais;
- Projetos de enfrentamento à pobreza.

De acordo com o SUAS, as ações sócio assistenciais de PSB serão realizadas prioritariamente pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS). Dessa forma a realização dessa modalidade de proteção social requer o estabelecimento de articulação dos serviços sócio assistenciais com a proteção social garantida pela Saúde, Previdência e demais políticas públicas, estabelecendo programas amplos e preventivos que assegurem o acesso das pessoas aos direitos sociais.

O CRAS é uma unidade descentralizada da Política de Assistência Social destinada ao atendimento da população excluída do acesso aos bens e serviços, que vive em áreas com maior concentração de pobreza. São desenvolvidas atividades de caráter de proteção social básica com o objetivo de inclusão e promoção social, e de fortalecimento dos vínculos sociais e participação popular. O trabalho com as famílias se constitui num instigante desafio para as equipes multi/interdisciplinares que atuam nessas unidades.

Na história da humanidade a família e a sociedade como um todo passaram por inúmeras transformações de matizes econômicas, políticas e culturais, pelo qual transitam novos valores, costumes, novas ideologias e formas de se gerir a vida em sociedade.

No sentido de promover a cidadania e a garantia de direitos, a Assistência Social foi elevada à condição de política pública, e no decorrer de discussões e ações nas esferas Federal, Estadual e Municipal, a família atingiu a centralidade na elaboração e implementação de políticas públicas. Desse modo o papel de provedor da assistência social aos cidadãos, com centralidade na família cabe ao Estado, que deve desempenhar esse papel na vida concreta das famílias marcadas pela exclusão social e pelo desmonte dos direitos advindos das propostas e políticas neoliberais.

Para Fernandes (2006, p.22):

...uma coisa é falar de uma família com as condições de vida e sobrevivência garantida. Outra é trabalhar com famílias empobrecidas vítimas de um acelerado processo de exclusão social, cuja questão de sobrevivência se coloca em primeiro lugar.

O objetivo desta pesquisa não é discutir conceitos de família nem os arranjos familiares; faremos apenas alguns apontamentos para o debate sobre a centralidade da família nas políticas sociais. O modelo tradicional de família tem sofrido grandes transformações nas últimas décadas, a família nuclear conhecida pela composição “pai, mãe e filhos”, estereotipada enquanto modelo ideal, agora divide espaço, com os chamados novos arranjos⁷, fomentados pelas mudanças societárias de cunho político, econômico e cultural. Partindo desse pressuposto,

⁷ A família na contemporaneidade assume novas roupagens que diferem do modelo nuclear por diversos traços de organização e composição; alguns exemplos dos novos arranjos são as famílias monoparentais, as originárias de uniões livres ou as compostas por pessoas sem vínculos de consanguinidade (JESUS, 2005).

as famílias devem ser compreendidas a partir dos laços afetivos e do compromisso de cuidado que estabelecem e assumem entre si e não a partir de modelos e composições. Famílias mesmo que sejam semelhantes aparentemente, apresentam realidades e demandas diferentes.

Souza, citado por Carvalho, *in* Acosta e Vitale (2008, p.268) diz que:

O Estado e a família desempenham papéis similares, em seus respectivos âmbitos de atuação: regulam, normatizam, impõem direitos de propriedade, poder e deveres de proteção e assistência. Tanto família, quanto Estado funcionam de modo similar, como filtros redistributivos de bem-estar, trabalho e recursos.

A família é desafiada a alcançar a “auto-sustentabilidade” e a “auto-gestão” da vida cotidiana, sem que o Estado garanta os mínimos sociais preconizados na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sem se considerar o agravamento das desigualdades sociais e da falta de acesso à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, etc. É comum, quando famílias não superam suas condições de vulnerabilidade e risco serem culpabilizadas, sendo a razão do seu fracasso a “sua falta de esforço, de boa vontade”, entre outras. Também tão comum de se ouvir é a justificativa: “são famílias desestruturadas, muito difícil alguma melhoria”, e “os recursos são insuficientes para a demanda existente”.

Muitas vezes, a inclusão dos indivíduos em programas e projetos, ou o atendimento à suas necessidades imediatas é feita de tal maneira, que reforça a subalternidade dos mesmos, pois o benefício recebido e/ou a sua inclusão se revelam como ajuda, encobrendo dessa forma a injustiça da sociedade e sua divisão.

Pontal do Paraná – um Breve Histórico do Município e da Política de Assistência Social

A partir da chegada dos portugueses em solo paranaense, povoados surgem sem organização política devido à busca pelo ouro que atraiu pessoas de vários lugares. Para o trabalho de exploração do ouro era utilizada mão-de-obra escrava de índios e de negros. Em 1646, a pedido de Gabriel de Lara e por ordem do Rei de Portugal foi levantado o pelourinho como símbolo de justiça, ordem e

autoridade (DORFMUND, p. 107). Em 1648 Paranaguá foi elevada a categoria de vila, com o nome de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Paranaguá. Uma presença muito marcante na história de Paranaguá foi a da Igreja Católica, que teve a missão de catequizar e civilizar os índios, mediante a atuação dos jesuítas vindos de Portugal ainda no século XVI. Os jesuítas mudaram costumes e crenças que consideravam errados e a sua dominação sobre os índios, foi prejudicial a sua cultura. Com a decadência da mineração, a força de trabalho escravo concentrou-se na pecuária, na agricultura e na exploração de erva-mate.

Em 1842, Paranaguá foi elevada a categoria de cidade e em 1853 foi instalada a Província do Paraná, permanecendo como província do Império até a proclamação da república, quando passa a ser Estado Federativo. Um dos primeiros atos do primeiro Presidente, conselheiro Zacarias de Góis e Vasconcelos foi mandar estudar um melhor traçado, ligando Curitiba ao litoral, e assim foi melhorada a estrada da graciosa, aberta em 1807, mas que não atendia as necessidades do trânsito (DORFMUND, p. 147-148). Falar de Paranaguá é falar do Porto de Paranaguá, que é um dos principais do país. “Porto natural durante quase 300 anos, começou a ser organizado a partir da centenária estrada de ferro Paranaguá-Curitiba. Entre a concessão obtida pelo Governo do Paraná para sua exploração e o início das obras passaram-se vários anos até que, em 17 de março de 1935, o porto foi oficialmente inaugurado” (LUCK JUNIOR, 2009, p. 50).

Com o desenvolvimento e organização do Estado, surgem os segmentos sociais, criam-se organizações públicas e privadas e novas cidades surgem de acordo necessidades e interesses dos cidadãos. Foi assim que Pontal do Paraná inicia sua história política. A partir de 1982 começam as primeiras movimentações da população local visando a emancipação política das praias do município de Paranaguá para formar um novo município, chamado Pontal do Paraná. Em 1995 aconteceu uma grande manifestação dos moradores e proprietários de imóveis nos balneários. O motivo “segundo as lideranças locais do movimento é o total abandono em que se encontram os balneários do litoral sob a administração da Prefeitura de Paranaguá” (ROCHA, 1997, p. 33). Em dezembro de 1995 acontece um plebiscito, no qual os moradores decidiram pela emancipação de Pontal do Paraná. A criação do município ocorreu em 20 de dezembro de 1995 e sua insta-

lação em 01 de janeiro de 1997 com a posse do primeiro prefeito e vereadores. Nasce Pontal do Paraná.

Pontal do Paraná tem uma população de 20.920 habitantes (CENSO 2010). Nos últimos anos a população aumentou significativamente; o fato de ser um município novo atraiu moradores de outras regiões por diversos motivos, seja de trabalho, financeiro ou ainda pela proximidade às praias. A diversidade é uma das características de Pontal do Paraná, seja de raça, de gerações, de modos de vida e de composições familiares. Com o aumento da população, houve o aumento da demanda por serviços públicos e como o município tem características peculiares a municípios litorâneos que recebem um número grande de turistas, mas por outro lado não possui infra-estrutura que dê conta desse número de visitantes, necessita nesse período de reforço estadual nos setores de segurança, saúde e serviços de manutenção e limpeza.

Município privilegiado com 23 km de orla marítima tendo como atividades econômicas principais o turismo, a pesca e o artesanato, com intensa atividade comercial em temporada. A grande maioria da população reside na área urbana – 20.743 (CENSO 2010), sendo inexpressiva a atividade agropecuária em termos de economia para o município. Outro ponto a ser ressaltado é o número de domicílios recenseados em Pontal do Paraná que totaliza 27.336 e de domicílios ocupados, somente 7.099, o que se pressupõe que 20.237 domicílios são destinados para uso em temporada. Possui um total de 48 balneários, fato esse que atrai veranistas de diversas regiões. Devido a esse intenso movimento na temporada aumentam as oportunidades de trabalho nessa época para os moradores, entretanto por serem trabalhos informais, ao fim da temporada todo esse número de trabalhadores ficam sem trabalho e sem condições de se manter e garantir a manutenção de suas famílias.

Fato que merece destaque é que Pontal do Paraná, antes de ser emancipado, atraiu muitos trabalhadores, pois a partir de 1980 implantou-se um canteiro industrial na porção norte do Balneário Pontal do Sul, na área conhecida como Ponta do Poço, formado por três empresas construtoras de plataformas continentais para a exploração do petróleo, tendo atingido 3.000 operários no início daquela década. A partir do início da década de 90, estas empresas deixaram de cons-

truir plataformas na região da Ponta do Poço, e muitos funcionários permaneceram em Pontal do Sul, sem novas opções de emprego.

O crescimento da população em Pontal do Paraná, associado à redução de empregos ampliou a demanda por benefícios sociais.

A criação e organização do município se deu dentro do contexto e implementação da LOAS, ao contrário da maioria dos municípios paranaenses, que reorganizaram seus serviços de Assistência Social após a LOAS.

Como mencionado anteriormente, o SUAS materializa a LOAS, constituindo-se em um sistema que regula e organiza as ações socioassistenciais em todo o território nacional, tendo como foco prioritário o atendimento às famílias. Ao mesmo tempo em que o Estado coloca a família como prioridade, também a convoca para dar respostas às diferentes expressões da questão social. Neste sentido, um único modelo pode ser um risco, pois o que pode funcionar em uma região pode não dar certo em outra, pois as realidades mesmo que parecidas, não apresentam demandas iguais. Dessa forma, na condução da Política de Assistência Social nos municípios, mesmo seguindo princípios de organização determinados nacionalmente, deve ser considerado a realidade local e os processos sociais e relacionais dos quais os indivíduos e suas famílias fazem parte.

O órgão gestor da Política de Assistência Social de Pontal do Paraná é a Secretaria Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho, tendo como equipamento para desenvolvimento dos programas, projetos e serviços direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade social 02 unidades de CRAS, uma no Balneário de Ipanema e outra no Balneário de Canoas. Cada unidade presta atendimento em sua respectiva área de cobertura no âmbito da Proteção Social Básica. O CRAS foi inaugurado em 05 de julho de 2006. Cabe pontuar que no município conta-se com financiamento para 01 CRAS, porém foram instalados 02 locais de atendimento com equipe, ou seja: cada unidade possui profissionais de Serviço Social, de Psicologia, Assistente Administrativo, Recepcionista e Serviços Gerais.

De acordo com a NOB-RH/SUAS, a equipe mínima de referência para a prestação dos serviços e execução das ações no CRAS, nos municípios de pequeno porte I (até 20.000 hab.) é de: 02 técnicos de nível superior, sendo um profissional Assistente Social e outro preferencialmente Psicólogo e 02 profissionais

de nível médio. Na ocasião da implantação do CRAS em Pontal do Paraná, esse era o porte do município, devido a sua população na época (14.323 hab. – CENSO 2000). Hoje o município tem uma população de 20.920 e conta com 02 equipes, sendo que na unidade do CRAS de Canoas os profissionais que compõem a equipe são: 02 Assistentes Sociais, 01 psicóloga, 01 Recepcionista e 01 Auxiliar de Serviços Gerais. Dessa forma constatamos que em relação à equipe exigida para o funcionamento do CRAS o município está com número maior que o normatizado, entretanto não deve ser levado em consideração somente o número de habitantes, mas também o número de famílias e indivíduos referenciados na unidade, o tipo de atendimento e as especificidades e características da população usuária. Segundo informações obtidas na Secretaria Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho, a busca por serviços e benefícios sociais é bem maior em períodos que não há a presença de veranistas e turistas. Um dado importante é que em Pontal do Paraná, existem comunidades tradicionais, Indígenas e Ribeirinhas (Plano Municipal de Assistência Social 2011⁸), o que demanda por profissional das áreas de Ciências Sociais e/ou Antropologia (graduação ou especialização).

Outros dados foram coletados na Secretaria Municipal de Assistência Social com o objetivo de compreender o funcionamento e a dinâmica dos trabalhos. Em 1997, ano em que o município foi instalado, mais precisamente em setembro de 1997 foi criado o Conselho (CMAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social, instituindo também a Conferência de Assistência Social que deverá ser realizada a cada 02 anos com o objetivo de propor diretrizes gerais e eleger os membros não governamentais do CMAS. O CMAS de Pontal do Paraná é composto paritariamente por 12 membros, e percebe-se que foi feito tudo de acordo com as orientações da instância federal, sendo 06 representantes do poder público municipal e 06 representantes de organizações não governamentais. Entretanto, como na maioria dos municípios brasileiros algumas organizações não governamentais estão sob o comando de pessoas ligadas a administração municipal de forma di-

⁸ Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que organiza, regula e norteia a execução da política de Assistência Social, na perspectiva do SUAS.

reta ou indireta, essa paridade pode ser considerada legalmente constituída, mas de fato, não se aplica e em Pontal do Paraná também essa é a realidade.

Em relação aos programas, projetos e serviços direcionados às famílias em situação de vulnerabilidade social no âmbito da Proteção Social Básica que são desenvolvidas no CRAS, as famílias atendidas são as que estão no Cadastro único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚNICO) e de acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de 2011 o município tem 2.780 famílias cadastradas. As ações desenvolvidas no CRAS estão organizadas no seguinte formato: **Atendimento Social** – acolhida e escuta das demandas dos usuários; entrevista familiar com Assistente Social e/ou Psicólogo. **Visita Domiciliar** – Coleta de dados, orientações, encaminhamentos, acompanhamentos da família em seus diversos processos; Aproximação, coleta de dados, orientações, acompanhamento e avaliação da família em seu processo de mudança no ambiente familiar; realização de outros acompanhamentos como: Programa Bolsa Família, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), vigilância ao idoso e à pessoa com deficiência. **Vigilância social** – Conhecimento das famílias referenciadas e acompanhamento das famílias beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e do Programa Bolsa Família. **Programas** – Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada; encaminhamento para medidas sócio-educativas (PETI; Proteção Já), Inclusão digital (informática). **Benefícios** – Bolsa Família (transferência de renda); benefício de Prestação Continuada – BPC (Idoso e Portador de Deficiência); Benefícios Eventuais.

Conforme consta no Plano Municipal de Assistência Social de 2011, dentre essas atividades são realizadas reuniões de grupos de famílias no eixo Economia Solidária, intitulada como Clube de Trocas no CRAS de Canoas e grupos de produção e geração de renda com a oferta de cursos “em artesanato e profissionalização” ofertados no PROVOPAR do município. Cabe aqui pontuar a atuação dessa organização não governamental, que possui uma estrutura física invejável, pois conta com espaços (salas) e equipamentos para realização de vários cursos, inclusive cozinha comunitária e sala para venda dos produtos produzidos (artesanato). Parte dos recursos utilizados nas construções e desenvolvimento das ações provém do setor público. Sendo assim, tais recursos são incorporados ao

setor não governamental e dessa forma o controle dos mesmos e dos equipamentos está sob o poder dessas entidades que tem no comando sempre alguém ligado ao Executivo Municipal.

Considerações Finais

Com base nos dados levantados pudemos perceber que o município de Pontal do Paraná, na implantação e efetivação do SUAS, não teve uma trajetória diferente de outros municípios que reorganizaram seus serviços após a LOAS, e que na execução das ações também seguem os padrões, sem nenhuma peculiaridade que o diferencie dos demais, apesar das diferenças que o caracterizam. Apesar deste estudo não contemplar uma análise a respeito dos impactos produzidos na vida das famílias atendidas, podemos demonstrar que o município conta com aparatos e equipamentos governamentais para a oferta de serviços, com financiamento garantido e também com número de profissionais, satisfatório.

De acordo com PNAS “a formulação da política de assistência social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos.” Isso nos remete à discussão de garantia dos mínimos sociais para prover as necessidades básicas das famílias que não podem restringir-se somente à alimentação e vestuário, mas também a ações de saúde, habitação, cultura, lazer, entre outras. Com suas necessidades básicas satisfeitas, as famílias teriam um mínimo de bem estar e a garantia de meios que possibilitassem a alteração da sua realidade social. Para que isso ocorra no município, acreditamos que seja necessária a realização de um trabalho, articulado entre as demais políticas públicas, partindo de uma leitura da realidade para em seguida se propor linhas de atuação, tendo como pressuposto que, quando se trata de intervir na realidade social que está em constante movimento, temos que ter a consciência de que todos nós fazemos parte do processo. Desse modo não podemos definir práticas e estratégias de atuação sem a participação daquele que é o primeiro interessado, quais são suas necessidades e suas expectativas, ou seja, o usuário.

Assim, para se pensar em uma real possibilidade de efetividade da política de garantia dos mínimos sociais, conforme os princípios do SUAS, com enfoque na família, há que se pensar em intervenções no sentido de fortalecimento dos

sujeitos, indicando possibilidades de construção de autonomia. A construção da autonomia se dá mediante a consciência do direito e a participação na vida social, o que permite a construção e a reconstrução de suas histórias individuais e coletivas

Diante da aproximação desta realidade municipal e com base na revisão teórica realizada podemos tecer algumas considerações a respeito da Assistência Social e seu papel no sistema de produção capitalista. No atual estágio do capitalismo que foi reordenado conforme orientação neoliberal, a assistência social aparece como componente básico das políticas de seguridade social, e tem como demanda os necessitados e os desamparados que precisam ser devidamente reconhecidos pela sociedade como tal, para que possam acessar essa política. Consideramos que a Política de Assistência Social ao atender determinado segmento da população, devidamente qualificada como necessitados, não o faz como direito e sim como ajuda. Ao mesmo tempo se afirma como estratégia de uma reforma social e moral orientada pela lógica do neoliberalismo, que por um lado desresponsabiliza o Estado em relação à efetivação das políticas públicas e por outro fomenta a participação da sociedade no enfrentamento da questão social, remetendo-a ao campo da solidariedade, desqualificando-a como objeto de definição de um projeto político.

Reconhecemos que a centralidade da família nas políticas públicas, preconizada no SUAS, representa um avanço significativo na atenção dispensada à família ou mesmo no enfrentamento das expressões da questão social. Entretanto, entendemos que há um grande distanciamento entre a garantia de direitos, ou mesmo das ações previstas em lei, e a realidade vivenciada pelas famílias brasileiras – evidenciam que há ainda um longo caminho a ser trilhado rumo à instauração de uma ordem societária mais justa e igualitária. A mesma família que é tratada enquanto *central* pela política de Assistência Social vive a margem do acesso às suas necessidades mais elementares.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sergio Henrique et AL. Política Social e Combate a Pobreza. Rio de Janeiro Jorge Zahar, 1987.

ACOSTA, A. R; VITALE, M. A. F. (orgs). Família, Redes, Laços e Políticas Públicas. 4ª ed. São Paulo : Cortez, 2008.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e serviço social. In: Capacitação e serviço social, módulo 2: Crise contemporânea e serviço social. Brasília: UNB, CEAD, 1999.

BENEVIDES, Maria V. A Questão Social no Brasil: os direitos econômicos e sociais como direitos fundamentais. Disponível em : <<http://www.hottopos.com/com/vdletras.htm>> Acesso em: 19 de julho de 2004.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social – Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica - NOB/SUAS, Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, julho de 2005.

DORFMUND, Luiza P. Geografia e História do Paraná. 5 ed. São Paulo: F.T.D.

FERNANDES, Solange. Concepções norteadoras de trabalho com famílias. In: SUAS/PR, caderno II, Trabalho com Famílias e Instrumentos de Gestão do CRAS. Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção social. Curitiba, 2006.

FERREIRA, Ivanete Salete Boschetti. Políticas Sociais Setoriais e por Segmento. In: Capacitação e Serviço Social, Módulo 3: Política Social. Brasília: UNB, CEAD, 2000.

FIORI, José Luis. Os moedeiros falsos. 2 ed. RJ: VOZES 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

JESUS, C. S. O serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais. Florianópolis : 2005. Disponível em <http://www.pgss.cse.ufsc.br/dissertacoes>

LÜCK JÚNIOR, Celso. Paranaguá: grande mar redondo: aqui nasceu o Paraná. Curitiba: Ponto desingn, 2009.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e serviço social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

Pontal do Paraná. Secretaria Municipal de Ação Social e Relações de Trabalho. Plano Municipal de Assistência Social 2011.

ROCHA, Oswaldo Abud. Subsídios para a história de Pontal do Paraná. Núcleo, 1997

SANTOS, Wanderley Guilherme. Cidadania e justiça: a política na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SCHONS, Selma Maria. Assistência Social: sobre a conceituação, o significado e as perspectivas. In: Lei Orgânica de Assistência Social. Curitiba: Grafiven, 1994.

SILVA, Ademir Alves. As relações Estado – sociedade. In: Capacitação em serviço social, módulo 2: Crise contemporânea, questão social e serviço social. Brasília: UNB, CEAD, 1999.

VIEIRA, Evaldo. As Políticas Sociais e os Direitos Sociais no Brasil: avanços e desafios. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 53 – ano XVIII, p. 67-73. São Paulo: Cortez, ano XVIII, 1997.

VANZETTO, A. A. O Sistema Unico de Assistência Social e a centralidade na família. Cascavel, 2005. Disponível em <http://cac-php.unioeste.br/projetos>

<http://www.ibge.gov.br> – Acesso em novembro de 2011.